

## Serviço Social, trabalho e políticas públicas: os desafios do presente

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011. 186p.

Por Ana Inês Simões Cardoso de Melo<sup>1</sup>

As relações entre Trabalho e Serviço Social constituem tema candente para a formação e a atividade profissional do assistente social. Inicialmente, pela apropriação da tradição marxista para a abordagem da emergência, papel e desenvolvimento da profissão nos marcos do capitalismo monopolista e das estratégias de controle e reprodução da força de trabalho. Se essas contribuições se deram, principalmente, a partir dos anos 1980, com o desenvolvimento sobre o significado social da profissão, na década seguinte ocorrerá adensamento da temática, quando as formulações, que apreendem o Serviço Social como trabalho, avançam ao problematizar a categoria processos de trabalho, culminando na incorporação dessa perspectiva nos conteúdos formativos das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. E, ainda, a temática é objeto do debate recente, quando se pode identificar nessa interlocução com Marx e com a apropriação da tradição marxista, pelo Serviço Social, duas interpretações centrais sobre o fazer profissional: sua abordagem como trabalho e como complexo ideológico.

O livro de Ney Luiz Teixeira de Almeida e de Mônica Torres de Alencar trata, de forma didática e clara, justamente desse tema, apreendendo-o através da sistematização do conjunto de determinações e condicionantes que demarcam o período que se abre, especialmente a partir dos anos 1970, quando se explicita mais uma das crises estruturais do capital. Todavia, os autores não se furtam aos desafios do presente, especialmente aqueles que configuram mais diretamente o trabalho profissional do assistente social, em suas características de inserção no mercado e em processos de trabalho, sob tradicionais e novas requisições, face às mudanças de sua organização e gestão.

Ao proporcionar essa exposição do tema das relações entre trabalho e Serviço Social, os autores acrescentam um terceiro eixo que, por assim dizer, caracteriza o amálgama central que permite encadear a argumentação e a apreensão da inserção do assistente social em processos de trabalho. Isto é, esse terceiro “ingrediente”, trata-se da necessária mediação pelo tema das Políticas Públicas – não apenas por ser o campo, por excelência de inserção do assistente social, mas, principalmente, por expressar, em diferentes conjunturas históricas, as formas assumidas como respostas às relações entre as classes sociais e o Estado no modo de produção capitalista.

Os autores se propõem, também, o objetivo de apresentar um livro que propicie a abordagem sob uma perspectiva didática, a fim de atender demandas dos estudantes de Serviço Social sobre o tema. Ainda que se possa considerar a consistência do texto em atender esse propósito, apoiado em ampla e diversificada produção teórico-bibliográfica e com exposição clara, é necessário reconhecer que a contribuição dos autores vai além, respondendo, em sua densidade, sim, às expectativas de alimentar o debate e os dilemas sobre o trabalho do assistente social na atualidade.

No primeiro capítulo encontra-se uma exposição sólida sobre o conjunto de processos sociais que tomam corpo a partir da crise estrutural do capital, já anunciada em fins de 1960, mas explícita a partir dos anos 1970 do século passado. Considerando esses processos tanto no âmbito internacional, quanto no plano interno, evidenciados na mundialização, na intensificação da internacionalização capitalista e nas hierarquias e assimetrias entre nações, no quadro de uma “nova” divisão internacional do trabalho, é evidenciada a financeirização da economia, em detrimento de investimentos na produção. Processo esse que acentua os padrões de concentração, centralização e concorrência entre os capitais não só para retomar, de forma reestruturada, a hegemonia, mas também pelas alternativas proporcionadas pelas formas parasitárias do capital.

A partir desse recorte, os autores desenvolvem ainda a contextualização dessa reestruturação produtiva, evidenciando as mudanças tecnológicas e sua aplicação na esfera da produção. Destacam-se aí as transformações proporcionadas pelas novas tecnologias de base microeletrônica, mas ressaltam-se, em especial, as estratégias de organização e gestão dos processos e dos mercados de trabalho.

Especificamente abordando esse processo, no plano interno nacional, evidencia-se uma espécie de jogo de luz e sombra com a “desestruturação do mercado

de trabalho”, após o lento e incompleto processo de inserção da força de trabalho no mercado regulado no país, seja pelo desemprego, seja pelas formas pretéritas e atuais dos processos de “informalidade” e de precarização do trabalho. De fato, ao problematizar as mudanças operadas nos processos de trabalho e, em especial, nos mercados de trabalho, os autores o fazem à luz das dimensões econômica e sociopolítica que caracterizaram, no Brasil, respectivamente, as “décadas perdidas” de 1980 e 1990, e os processos que caminhavam em direção à conformação de um possível “pacto democrático”. Se estes levavam ao processo constituinte e às consequentes mudanças na formulação jurídico-legal das políticas públicas; na contramão, a década de 1990 irá colocar por terra as expectativas deste reordenamento, com a ofensiva crescente sobre os direitos sociais e trabalhistas.

Esse primeiro capítulo é ainda complementado pelo eixo temático que aborda a (des) regulação do Estado, sob o ideário neoliberal. Aqui, inclusive, se encontra o mote, por assim dizer, que irá articular, no capítulo que se segue, a abordagem das políticas públicas na cidade. Contrastando o período do segundo pós-guerra com as “perspectivas liberal-conservadoras, travestidas no neoliberalismo”, verifica-se a defesa do “poder auto-regulador das forças de mercado”, com repercussões “no âmbito da regulação e reprodução social, estabelecendo outros mecanismos sociopolíticos e institucionais na relação entre capital, o trabalho e o Estado”. (p. 43-44). Dessa forma, os autores problematizam, ao final desse tópico, a caracterização do fundo público, discutindo as nuances da formação social e política brasileira, distinguindo suas especificidades particulares e que se distanciam daquelas dos países centrais, sem a constituição de um Estado de Bem Estar Social e combinando modernidade e atraso: aspectos que se tornaram mais relevantes com o ingresso nos marcos da mundialização e da financeirização econômica.

Ao introduzir o segundo e próximo capítulo, os autores tomam como ponto de partida as relações entre Estado e sociedade civil – em uma revisão teórica e histórica e evidenciando as mudanças conceituais e polêmicas processadas, hoje, com a interposição do denominado “terceiro setor”. É interessante notar que esse desenvolvimento na exposição dos autores se faz para apreender uma dimensão fundamental que é aquela da re-afirmação do processo de reprodução das relações sociais capitalistas e as feições que assume no presente. Isto é, trata-se de apreender quais os mecanismos e estratégias que são utilizadas na direção de constituir hegemonia, despolitizando e privatizando a esfera pública.

Desta forma, os autores destacam diferentes estratégias adotadas no campo das políticas públicas, tais como descentralização, a intersetorialidade, inclusive em sua relação com a inter/transdisciplinaridade, que também são objeto de disputa, de formação ou não de consensos, para evidenciar processos político-econômicos que atravessam e conformam a dinâmica dos diferentes sujeitos sociais face ao fundo público. Compreende-se, assim, que a inter-relação entre as dimensões técnica, econômica e política deve ser considerada na abordagem das políticas públicas, reconhecendo-se, em especial, que estas são constituídas no âmbito dos espaços institucionais em que operam, podendo ser apreendidas e replicadas com sentidos e concepções distintas; isto é, podem reforçar ou não a esfera pública.

O campo das políticas públicas não está isento das tendências contemporâneas de racionalização, mensuração e de re-edição da fragmentação dos problemas sociais – aqui, trata-se de reconhecer que esse é um processo que se faz presente, historicamente, desde as primeiras formulações sobre a intervenção estatal junto à “questão social”. No entanto, como observam os autores, a apreensão apenas do ponto de vista que contrapõe racionalização e democratização confere um olhar restrito, que não apanha a complexidade das teias e fios que constituem a vida social brasileira. Destacam-se, em especial, os processos sociais contemporâneos em suas contradições relacionados ao campo das políticas públicas – pode-se pensar, por exemplo, na dinâmica política brasileira dos anos 1980 vis à vis os limites econômicos e políticos dos anos 1990. Entretanto, as políticas públicas não deixam de se fazer acompanhar pela disputa em torno de projetos sociais distintos que atravessam e que contém, ao mesmo tempo, os “limites estruturais” face à “sua gênese e constituição no âmbito das estratégias de enfrentamento da questão social na sociedade capitalista”, as potencialidades e as “condições objetivas de acesso aos direitos sociais”. Assim, os processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais se inserem, expressam “intensa e extensivamente as contradições da dinâmica societária revelando (...) possibilidades (...) [e] limites (...) dos projetos de sociedade que se contraponham e superem o atual” (p. 75).

Para finalizar esse segundo capítulo, são apresentadas as configurações do mercado de trabalho dos assistentes sociais. Além do resgate histórico-social de gênese da profissão na passagem ao capitalismo monopolista, são expostas as tendências atuais do mercado de trabalho, recuperando como esse processo se deu historicamente no Brasil e os elementos determinantes que envolvem suas mudanças recentes. Isto é, se no primeiro capítulo foi exposto o conjunto dos pro-

cessos econômico-políticos e sócio-culturais das transformações contemporâneas e, se esses incidem junto ao mundo do trabalho, a categoria dos assistentes sociais deles não está isenta. As mudanças na esfera produtiva e estatal certamente irão influir na concepção, organização e gestão das políticas sociais. Sua incidência se fará sentir nas requisições e demandas próprias às particularidades que as expressões da questão social assumem hoje, como também em requerimentos relacionados à re-funcionalização de espaços historicamente tradicionais.

Tais questões serão retomadas no capítulo seguinte, em uma análise voltada para os processos de trabalho nos quais o assistente social se inserem, nas diferentes políticas públicas. Nesse último tópico do segundo capítulo, os autores anunciam esta discussão, apresentando os traços constitutivos das mudanças contemporâneas e como estes se relacionam, especificamente, ao mercado de trabalho dos assistentes sociais nas esferas estatal, empresarial e nas organizações do denominado “terceiro setor”. Os processos de reestruturação da produção, contra-reforma do Estado, reformulação das ações empresariais, não apenas para o conjunto de seus empregados, mas nos marcos da responsabilidade social corporativa ou empresarial, incidente para além dos muros das empresas, estão presentes na configuração daquelas demandas e requisições.

Como trabalhadores assalariados, os assistentes sociais têm vivido os mesmos processos de precarização do trabalho: experimentam “os limites históricos postos para a classe trabalhadora no marcos dos processos de subordinação do trabalho”, ao tempo que também se vêem de frente “com as contradições que, historicamente, permeiam o trabalho profissional, como tensão entre projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado”. (p. 117).

Esse último capítulo é constituído pela importante exposição do debate e polêmica sobre a apropriação marxista no âmbito do Serviço Social, apresentando e trazendo à luz e à discussão diferentes interpretações sobre o trabalho e suas análises contemporâneas. Destaca-se aí, em especial, o debate sobre as relações entre trabalho e Serviço Social, travado, principalmente por Sergio Lessa e Marilda Yamamoto, ressaltando-se que ambos o fazem no campo do marxismo, apontando para os dilemas do presente, que se colocam não apenas para os assistentes sociais, mas desafiam as abordagens analíticas críticas sobre o trabalho em suas metamorfoses contemporâneas.

Como já foi reconhecido anteriormente, o texto de Ney e Mônica constitui contribuição importante, na medida em acrescenta reflexões e subsídios de ordem teórico-metodológica ao problema central que os autores enfrentam: o de

percrutar e analisar os diferentes processos de trabalho nos quais estão inseridos, hoje, os assistentes sociais. E, ao capturar as diferentes requisições feitas ao assistente social por seus empregadores, o fazem a luz dos processos contemporâneos de reestruturação capitalista, em sua inserção em distintas organizações públicas e privadas. Considerando as diversas políticas públicas, os autores desnudam alguns dos elementos centrais que, estrategicamente, organizam e dão forma às novas racionalidades que permeiam os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais em sua inserção nos processos coletivos de trabalho, inclusive com exemplos de distintas políticas setoriais.

Para finalizar, um destaque que faço da leitura do livro de Ney e Mônica, e que considero importante acrescentar aqui, é a recuperação que fazem da categoria modo de vida, quando tratam da implementação do conjunto de políticas públicas no seio das cidades, justamente na mediação das relações entre Serviço Social e trabalho. Isto é, os autores recuperam o modo de vida, para destacar a conformação da face contemporânea do capitalismo: a submissão da vida social à vida econômica, para apreender o processo de reprodução das relações sociais frente à “ocultação da esfera política da vida social” (p.55). De fato, longe de ser novidade, o individualismo e a apreensão dos problemas sociais como se fossem da esfera íntima e privada dos sujeitos é re-afirmado, exponencialmente, no presente, quer nos processos de trabalho, quer no âmbito da vida social como um todo. A racionalidade que a gestão hegemônica hoje promove quer afastar a “organização das atividades cotidianas” de seu “pertencimento histórico às esferas sociais, aos modos de sociabilidade e de vida das classes e suas frações”. Potencializa-se, assim, “um tipo de subjetividade na qual os pertencimentos sociais são encobertos pela fragmentação e exacerbação do individualismo” (p. 76).

Dessa forma, entendo que se, de um lado, a recuperação do modo de vida contribui para evidenciar a necessária apreensão da questão social em sua complexidade; de outro, são destacados os processos sociais que se relacionam à elevação da racionalidade capitalista a um novo patamar, em termos gramscianos, e que incide sobre o conjunto da vida social. Todavia, dessa leitura, fica a certeza de que Ney e Monica reconhecem, também, as potencialidades, postas nas tramas e fios que articulam as políticas públicas e a vida cotidiana na cidade, como portadoras de outras sociabilidades que também informam, hoje, o trabalho do assistente social frente aos desafios da questão social. Isto é, ao tratar das relações entre “Serviço Social, trabalho e políticas públicas”, expõem e

descortinam as múltiplas dimensões econômicas, políticas e socioculturais que circunscrevem este tema, mas, sobretudo, o fazem a partir do reconhecimento de sujeitos sociais que lhes dão vida.

### **Nota**

1. Assistente social, doutora pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz e professora adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: [iness@infolink.com.br](mailto:iness@infolink.com.br)